



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10540.901370/2009-59
Recurso Voluntário
Resolução nº **1301-000.720 – 1ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Sessão de 15 de agosto de 2019
Assunto COMPENSAÇÃO.
Recorrente LOJAS INSINUANTE LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por maioria de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos do voto da relatora. Vencida a Conselheira Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça que votou por dar provimento parcial ao recurso voluntário para superar o óbice de ausência de retificação de DCTF e determinar o retorno dos autos à unidade de origem para análise de mérito e reinício do rito processual de praxe.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

(documento assinado digitalmente)

Fernando Brasil de Oliveira Pinto – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Bianca Felícia Rothschild - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Roberto Silva Júnior, José Eduardo Dornelas Souza, Nelso Kichel, Marcelo José Luz Macedo (suplente convocado), Giovana Pereira de Paiva Leite, Mauritânia Elvira de Souza Mendonça (suplente convocado), Bianca Felícia Rothschild e Fernando Brasil de Oliveira Pinto (Presidente).

Relatório

Inicialmente, adota-se parte do relatório da decisão recorrida, o qual bem retrata os fatos ocorridos e os fundamentos adotados até então:

Trata-se da manifestação de inconformidade de fls. 1/4, que contesta o Despacho Decisório n.º de Rastreamento 850171557, emitido em 27/10/2009 (fl. 9), que não homologou a compensação pleiteada, em razão de a análise do crédito original informado, e das características do DARF discriminado no PER/DCOMP 33658.30269.290607.1.3.04-0000 (fls. 17/21), terem demonstrado que o pagamento localizado foi integralmente utilizado para quitação de débito do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP, e determinou a cobrança do saldo devedor confessado e indevidamente compensado.

O contribuinte tomou conhecimento do despacho decisório via edital, e, tempestivamente, conforme despacho de fl. 25, apresentou a manifestação de inconformidade, alegando, em síntese, que:

a) o crédito utilizado no PER/DCOMP tem como origem o pagamento indevido de IRPJ, relativo à competência de março de 2006, em razão de que nesse mês o IRPJ devido montou em R\$1.176.262,13 (Ficha 11 da DIPJ 2007), no entanto, o contribuinte efetuou o recolhimento de R\$1.278.213,73, o que gerou um crédito de IRPJ, pago indevidamente, no montante de R\$101.951,60;

b) apesar do recolhimento da estimativa de IRPJ, relativo ao mês de março a maior, a DCTF correspondente foi equivocadamente preenchida pelo valor total do DARF, fato que o contribuinte corrige com o envio de DCTF retificadora em 04/12/2009 (fl. 8), sendo que o referido equívoco motivou a emissão do presente despacho decisório, não homologando a compensação declarada;

c) dada a comprovação de que ocorreu um equívoco no preenchimento da DCTF, e que o crédito utilizado no PER/DCOMP em tela realmente existe, é lícito ao contribuinte efetuar a compensação pleiteada, uma vez que situação diversa implicaria em enriquecimento sem causa do Estado;

O contribuinte cita, ainda, acórdão do 1º Conselho de Contribuintes que segundo ele corrobora o seu entendimento da matéria, e pede que seja acolhida a sua manifestação de inconformidade e que seja reconhecida a DCTF retificadora.

A decisão da autoridade de primeira instância julgou improcedente a manifestação de inconformidade da contribuinte, cuja ementa encontra-se abaixo transcrita:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2006

COMPENSAÇÃO. PAGAMENTO INDEVIDO OU A MAIOR. AUSÊNCIA DE PROVAS.

Na falta de comprovação de pagamento indevido ou a maior, considera-se inexistente o direito creditório alegado pelo contribuinte, indeferindo-se o pedido de compensação a ele vinculado.

Fl. 3 da Resolução n.º 1301-000.720 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10540.901370/2009-59

**DÉBITO CONFESSADO EM DCTF. RETIFICADORA POSTERIOR À
CIÊNCIA DO DESPACHO DECISÓRIO.**

Considerando que o débito foi reduzido apenas em DCTF retificadora apresentada em momento posterior à ciência do Despacho Decisório, há que haver comprovação contábil do seu valor, sob pena de manutenção da cobrança.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Cientificado da decisão de primeira instância, o contribuinte apresentou recurso voluntário, repisando os argumentos levantados em sede de manifestação de inconformidade, acrescentando razões para reforma na decisão recorrida.

É o relatório.

Fl. 4 da Resolução n.º 1301-000.720 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10540.901370/2009-59

Voto

Conselheira Bianca Felícia Rothschild - Relatora

Recurso Voluntário

O recurso voluntário é **TEMPESTIVO** e uma vez atendidos também às demais condições de admissibilidade, merece, portanto, ser **CONHECIDO**.

Fatos

O contribuinte é tributado pelo Lucro Real Anual com recolhimento mensal de IRPJ e CSLL por estimativa, apurado com determinação das bases de cálculo com base em balanço/balancete de suspensão/redução.

No caso presente, efetuou pagamentos de IRPJ estimativa (código de receita 2362) correspondentes aos meses de janeiro, março, abril, maio, setembro e outubro de 2006, nos valores coincidentes com aqueles declarados nas DCTF dos referidos meses, tendo sido tais valores corretamente alocados aos débitos declarados nas DCTF, haja vista que os valores constantes das referidas declarações constituem confissão de dívida.

Na sua manifestação de inconformidade o contribuinte alega que efetuou, por engano, pagamento a maior do IRPJ estimativa correspondente ao mês de março de 2006, pois o valor efetivamente devido era o declarado na DIPJ2007, e não o declarado a maior na DCTF, cuja retificadora apresentou posteriormente. Entretanto, não apresentou qualquer prova hábil a comprovar o fato alegado.

De fato, nos pedidos de compensação ou de restituição, como o presente, o ônus de comprovar o crédito postulado permanece a cargo da contribuinte, a quem incumbe a demonstração do preenchimento dos requisitos necessários para a compensação, pois "*(...) o ônus da prova recai sobre aquele a quem aproveita o reconhecimento do fato*", postura consentânea com o art. 36 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Alegou o contribuinte que retificou sua DCTF, adequando aos valores que pretende compensar. De observar, no entanto, que a retificação da DCTF foi efetivada *após* a ciência do Despacho Decisório que não homologou a compensação.

Dessa forma, não há como ser acolhida como prova de existência do direito, muito menos de sua liquidez e certeza, vez que a norma contida no §1º, do art. 147, do CTN, prevê que a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, *só é* admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

A desconstituição do crédito confessado não depende apenas da apresentação de DCTF retificadora, mas igualmente da comprovação inequívoca, por meio de documentos hábeis e idôneos, de que houve extinção indevida ou a maior, não se mostrando suficiente que o contribuinte promova a redução ou supressão do débito confessado, fazendo-se necessário, notadamente, que demonstre a extinção do crédito tributário ou de parcela dele foi efetivamente indevida

Fl. 5 da Resolução n.º 1301-000.720 - 1ª Sejul/3ª Câmara/1ª Turma Ordinária
Processo n.º 10540.901370/2009-59

O contribuinte, por sua vez, limitou-se a apresentar documentos que alegadamente atestam o erro cometido em sede de recurso voluntário, o que merecem análise conforme permissivo do Parecer Normativo Cosit n.º 2/2015.

Por essas razões, entendo que os autos não se encontram em condições de julgamento, devendo ser baixados em diligência a fim de que a autoridade fiscal designada para sua realização:

(i) analise os documentos acostados aos autos em sede de recurso voluntário de forma a averiguar a legitimidade do crédito tributário pleiteado;

(v) ao final, elabore Relatório de Diligência¹ com as informações ora solicitadas.

Para tanto, e havendo necessidade, a autoridade fiscal poderá intimar o contribuinte a apresentar documentos complementares e esclarecimentos adicionais antes de elaborar o relatório ora requerido.

Poderá ainda a autoridade fiscal apresentar os esclarecimentos que julgar necessários à melhor análise de tais fatos.

Ao final, o Recorrente deve ser cientificado do resultado da diligência, abrindo-se prazo de 30 dias para que, querendo, manifestem-se sobre seu conteúdo (art. 35, parágrafo único, do Decreto n.º 7.574/2011).

(assinado digitalmente)

Bianca Felícia Rothschild

¹ Decreto n.º 7.574, de 2011:

Art. 36. [...]

§ 3º Determinada, de ofício ou a pedido do impugnante, diligência ou perícia, é vedado à autoridade incumbida de sua realização escusar-se de cumpri-las.